



INFORMATIVO

O TUIUTI



ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)

250 anos de Porto Alegre – 200 anos da Independência do Brasil - Aclamação de Dom Pedro como Imperador do Brasil, com o nome de Dom Pedro I – 180 anos das Revoluções Liberais de SP e MG – 170 anos da Batalha de Monte Caseros – 110 anos do início da Guerra do Contestado – 100 anos da Semana de Arte Moderna em São Paulo – 90 anos do início da Revolução Constitucionalista de São Paulo e Mato Grosso – 80 anos dos afundamentos de 23 navios brasileiros por submarinos alemães em diversos lugares do mundo – Declaração de Guerra do Brasil à Alemanha e à Itália – 20 anos da conquista do pentacampeonato mundial de futebol na Copa do Mundo do Japão/Coréia do Sul pelo Brasil.

ANO 2022

Abril

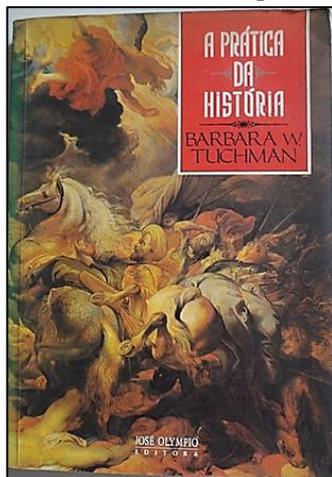
Nº 399

GENERALATO

(Extrato do livro *A Prática da História*, de Barbara Tuchman, tema de uma Conferência no US Army College, abril de 1972)

Nota do Editor: os trechos importantes (salvo melhor juízo) estão grifados em carmin. Este texto é de 1972, portanto há 50 anos, mas permanece atual.

O tema me foi sugerido, sem nenhuma explicação: *apenas* a palavra ‘generalato’, sem adornos. Sem dúvida ele podia supor, com segurança, que o assunto em si mesmo seria de um interesse automático para este público, da mesma maneira que a maternidade interessaria a uma plateia de mulheres grávidas. Não sei se o general Davis achou que seria um assunto adequado para mim por ser eu a biógrafa de um general que ilustra claramente certas qualidades do generalato, tanto pela sua presença como pela sua ausência, ou se ele pensava em alguma coisa mais ampla. De qualquer modo, ao refletir sobre o tema, fiquei intrigada por várias razões: por ser importante, por ser elusivo e porque me parece estar sofrendo, em consequência dos acontecimentos dos últimos 25 anos, uma transformação radical que pode tornar irrelevante grande parte do que hoje sabemos sobre ele. Falarei desse aspecto mais adiante.



Devo começar dizendo que não tenho maiores qualificações para falar sobre o assunto como Tennyson teria, por ter escrito *A carga da brigada ligeira*. Não escrevi sobre a capacidade de soldado de Stilwell¹ em sua biografia, mas sim por sua condição de figura focal e extraordinariamente capaz de representar as relações norte-americanas com a China.

¹ O General Joseph Warren Stilwell, do exército dos EUA, ficou mais conhecido por sua atuação no Sudeste Asiático e na China antes e durante a II Guerra Mundial.

Não escrevi *The guns of August* como um estudo da maneira pela qual os planos de guerra não dão certo, pelo menos eu não sabia que estava fazendo isso até terminar o livro. Não sou principalmente uma historiadora militar, e se for realmente historiadora, é mais ou menos por acaso. Mas, como **a vida só é interessante quando tentamos alguma coisa um pouco além de nosso alcance**, vou enfrentar a incumbência.

No *Dictionary of military quotations (Dicionário de Citações Militares)*, do coronel Heini, o assunto “generais” e “generalato” toma, em conjunto, mais espaço do que qualquer outro verbete. Se as entradas que com eles se relacionam de perto, “comando” e “liderança”, forem somadas, o assunto como um todo tem duas vezes mais páginas do que qualquer outro. Por que é tão importante? A resposta é, no meu entender, porque as qualidades que entram no exercício do generalato em ação têm o poder, num período de tempo muito condensado, de determinar a vida ou a morte de milhares de pessoas, e, por vezes, o destino de nações. As qualidades do general tomam-se, então, de um interesse absorvente não só para os militares, como também para os cidadãos em geral, sendo obviamente vital para o Estado determinar quais são essas qualidades, identificá-las nos candidatos ao generalato e assegurar que seus possuidores e as respectivas posições se combinem.

Também já ouvi dizer que **o comando supremo na batalha é a única atividade humana total, porque exige o exercício igual das faculdades físicas, intelectuais e morais, ao mesmo tempo**. Tentei desmontar essa afirmação (sendo por natureza, ou talvez por profissão, dada a questionar todas as generalizações) e pensar em outras ocupações que pudessem pretender o mesmo, mas de fato não há outra. **O generalato em combate é a única que possui tal distinção**.

As qualidades que ele exige dividem-se em duas categorias, tal como as vejo: **as de caráter, isto é, de liderança pessoal, e as de capacidade profissional**. Quando se trata de comando em ação, a primeira categoria é provavelmente mais importante do que a segunda, embora seja inútil, é claro, se for separada da segunda, e vice-versa. O mais brilhante mestre de táticas não pode ganhar uma batalha se, como o general Boulanger, tiver a alma de um subalterno. Nem pode o mais fascinante e ousado soldado vencer se, como o general Custer, for incompetente no desenvolvimento.

A **coragem**, de acordo com o marechal De Saxe (Hermano Maurício da Saxônia, 1696 - 1750) - **é a primeira de todas as qualidades**. “Sem ela”, como ele diz de maneira inquestionável, “as outras são de pouco valor, já que não podem ser usadas”. Creio que ‘coragem’ é uma palavra demasiado simples. O conceito deve incluir tanto a coragem física como a moral, pois há pessoas dotadas da primeira e sem a segunda, e isso não basta para o generalato. Na verdade, a coragem física deve ser combinada com a inteligência, pois, como diz o provérbio chinês, **“o general que é corajoso e estúpido é uma calamidade”**. A coragem física, combinada com a moral, torna seu possuidor decidido, e eu discordaria de De Saxe e diria que **a principal qualidade é a resolução**. É ela que permite ao homem predominar sobre as circunstâncias, sobre os subordinados e, finalmente, sobre o inimigo. É a determinação de alcançar a meta nas piores circunstâncias, simplesmente sobreviver, ou, numa situação limitada, concluir a missão mas, quaisquer que sejam as condições, predominar. Creio ser esse o *sine qua non* da ação militar. Quem o tiver terá também, ou a conseguirá de algum modo, coragem para apoiar a sua determinação. Pode, porém, ser corajoso como um leão, e ainda assim falhar, se lhe faltar a vontade necessária.

Vontade era o que Stilwell tinha, a determinação absoluta, inquebrantável, inflexível de cumprir a missão, quaisquer que fossem os obstáculos, os antagonistas ou as frustrações. Quando o caminho que ele lutou para abrir através da Birmânia finalmente chegou à China, depois de ter sido afastado, uma mensagem de seu sucessor reconheceu que o primeiro comboio a fazer a passagem terrestre era produto de “sua vontade indômita”, embora Stilwell não estivesse mais ali.

Os homens sensatos dirão que a vontade deve ser informada pelo julgamento, para que não leve a um esforço, ou a um sacrifício maior do que o justificado pelo objetivo, ou a uma teimosia cega em função de um objetivo cujas dificuldades mostram ter sido um erro visar, desde o começo. Isso é bem verdade; o bom julgamento está certamente entre os pontos essenciais do generalato, talvez o mais essencial, segundo o historiador naval Raymond O'Connor. Ele cita a definição de C. P. Snow do julgamento como “a capacidade de pensar muitas coisas ao mesmo tempo, em sua interdependência, sua importância correlata, e suas consequências”.

O julgamento pode não ser sempre racional, e sim mais intuitivo, baseado no senso da situação, combinado com a experiência. O julgamento aconselhará por vezes a ousadia, como ocorreu quando o almirante Nimitz, contra a opinião de todos os almirantes e generais de seu comando, insistiu em atacar

Kwajalein², sede do quartel-general japonês no coração mesmo do arquipélago Marshall, embora isso significasse deixar as ilhas exteriores em poder do inimigo e na linha norte-americana de comunicações.

No caso, os aviões norte-americanos conseguiram imobilizar as forças dessas ilhas, enquanto Kwajalein estava relativamente indefesa, porque os japoneses, pensando dentro das mesmas linhas dos subordinados de Nimitz, se tinham convencido de que os norte-americanos não tentariam tomá-la. Com mais frequência, porém, o julgamento aconselha ‘não’, enquanto a vontade diz ‘sim’. **Em situações extremas, os grandes resultados são obtidos quando a vontade se sobrepõe ao julgamento.** Só a vontade levou Washington a resistir ao inverno de Valley Forge, aquele nadir (Ponto da esfera celeste situado na direção descendente da vertical tirada do ponto do observador) de sofrimento e abandono, e só a sua extraordinária vontade manteve, evitando as deserções, um exército gelado, faminto, descalço, sem soldos e provisões do Congresso continental. O julgamento teria dito: “Vá embora.”

Suponho ter sido a vontade que arrastou Aníbal pelos Alpes, embora o julgamento possa ter indagado o que aconteceria depois de atingido o seu objetivo, tal como o julgamento poderia ter mostrado a Stilwell que a sua missão - a mobilização de um exército chinês eficiente sob o regime de Chiang Kai-shek - era irrealizável. Também Aníbal falhou em seu objetivo - nunca tomou Roma, mas foi chamado de o maior soldado de todos os tempos.

A situação pede, por vezes, uma vontade que diga simplesmente: “Não serei vencido”, e também no caso, em condições extremas, ela deve se sobrepôr ao julgamento. Depois do terrível colapso de quatro batalhas perdidas, uma depois da outra, nas fronteiras francesas em 1914, e com o exército francês recuando caoticamente e o inimigo invadindo, o julgamento poderia ter perguntado se a França não estava vencida. Isso nunca ocorreu ao comandante-em-chefe, o general Joffre, que possuía, em grau insuperável, **uma qualidade de grande importância para os generais: era impassível.** A firmeza de temperamento do general é aconselhável em qualquer momento, e o máximo de firmeza que pode ser mantida em meio ao desastre. É possível que a imunidade de Joffre ao pânico viesse da falta de imaginação, ou ele pode ter sofrido todo o tempo daquilo que Stilwell chamava de “sensação de afundamento”, e ter ocultado seu sentimento. Não sabemos, pois ele não tinha um diário. Qualquer que fosse a fonte de sua imperturbabilidade, a França teve sorte em que ela existisse no homem certo, no momento certo. Evidentemente foi Gallieni (Joseph Simon Gallieni) quem viu e aproveitou a oportunidade de inverter o desastre, e Foch e Franchet D’Esperey, quem proporcionaram o *élan* para realizar esse feito, mas foi a certeza de Joffre, inarredável, que manteve o exército. Sem ele, poderia não ter havido exército para deter-se no Marne.

No alto da lista das qualidades essenciais de um general está o fator “faça isso”. É extraído da afirmação que Shakespeare põe na boca de Marco Antônio: “Quando César diz ‘faça isso’, está feito”. Essa qualidade de comando baseia-se não só no conhecimento da tática e do terreno, dos recursos e do desdobramento do inimigo numa situação específica, mas também do grau de confiança que os subordinados têm no conhecimento de que dispõe o general. **“Quando Stilwell dizia o que fazer na Birmânia tínhamos certeza de que era a coisa certa. É isso que se tem que saber”.** Se oficiais e soldados acreditam que o general sabe o que está fazendo e que suas ordens são acertadas para as circunstâncias, eles farão o lhes é mandado, porque **a maioria das pessoas se sente aliviada ao encontrar um superior em cujo julgamento pode confiar. Essa é, na verdade, a diferença entre a maioria das pessoas e os generais.**

Chego agora à segunda categoria, isto é, à capacidade profissional. Isso abrange a capacidade de decidir o objetivo, de planejar, de organizar, de valer-se da experiência e de utilizar todo o conhecimento e técnicas para as quais o profissional foi treinado. Não há muito sentido, parece-me, em ir nesse aspecto e ocupar-me dos princípios profissionais do generalato; primeiro porque, se os senhores não sabem mais sobre isso do que eu, não deveriam estar aqui, e, segundo, porque me parece muito difícil selecionar absolutos. O principal depende em grande parte do tempo, lugar e história, e da natureza dos beligerantes. Direi apenas que a ponte que une as duas categorias - a liderança pessoal à capacidade profissional - é a inteligência, a que De Saxe coloca em segundo lugar em sua lista, depois da coragem.

O tipo de inteligência varia, suponho, de acordo com a ocupação. No médico, deve ser a inteligência da compreensão; no advogado, uma inteligência pessimista, invariavelmente; no historiador, deve ser exata, investigadora e sintetizadora. No militar, segundo a bela frase de De Saxe, deve ser “forte e fértil em recursos”. Gosto disso: é uma exigência que sentimos ter sido deduzida da experiência de um soldado.

² Kwajalein é um dos maiores atóis de coral do mundo, localizado na República das Ilhas Marshall, no Oceano Pacífico, 3200 km a sudoeste do Haváí.

Ela se enquadra bem no desempenho do militar de nosso tempo que mais se aproximou da perfeição, ou de qualquer modo o menos confuso: o dos israelenses na Guerra dos Seis Dias de 1967.

Naquele microcosmo, condensado para nós nos limites visíveis de seis dias, as qualidades de resolução e ânimo, do fator “faça isso”, a demonstração de conhecimentos especializados e uma inteligência diretora “forte e fértil em recursos”, tudo isso se combinou e funcionou como as peças lubrificadas de um motor. Não preciso deter-me nas circunstâncias que fizeram com que isso acontecesse, das quais talvez a principal fosse a de que nenhum recuo ou derrota era possível - qualquer uma das duas hipóteses teria significado a aniquilação daquele minúsculo país, do tamanho do Estado de Massachusetts. O conceito de generalato dos israelenses, porém, não contém princípios que se possam aplicar fora de suas fronteiras. Prever, é um deles. Ser cético, crítico, flexível e, finalmente, obstinado - na execução da missão - é outro. Essa qualidade, que já mencionei em relação a Stilwell, parecia ser a que os israelenses mais enfatizavam num oficial.

O princípio que me pareceu receber destaque especial, embora mais no nível de planejamento do que na execução, **foi o conhecimento do inimigo** - de sua capacidade, seu treinamento, sua psicologia - tão completo e preciso quanto o estudo prolongado, a familiaridade e todos os meios de coleta de informações pudessem proporcionar. Nesse setor os israelenses têm a vantagem de saber antecipadamente a identidade do inimigo: ele mora ao lado. Não obstante, parece-me que os norte-americanos poderiam aprender com essa lição.

Se prestássemos mais atenção na natureza, motivação e capacidade, especialmente na Ásia, do oponente cuja destruição empreendemos com tanta confiança - para não falarmos dos aliados que apoiamos - não nos teríamos saído tão mal, tão *inesperadamente* mal, no Vietnã. Não nos teríamos surpreendido, para nossa confusão e consternação, investindo mais e mais esforço inútil contra uma capacidade de resistência constantemente desorientadora, e não só de resistência, mas também de iniciativa. Na arrogância de nossa grandeza, riqueza e superior tecnologia, temos a tendência de esquecer a necessidade de examinar fontes de energia que podem ser diferentes em outros. Se em 1917 Edith Cavell pôde dizer: “Patriotismo não basta”, precisamos agora de outra voz de sabedoria para nos dizer: “Tecnologia não basta.” A guerra não um grande projeto de engenharia. Há *gente* do outro lado, com uma força e uma vontade que nunca nos demos o trabalho de avaliar. Em consequência dessa omissão, fomos arrastados a uma beligerância maior, e certamente mais ruínosa, do que pretendíamos. Lutar sem compreender o adversário não serve, em última análise, à reputação dos militares, nem à reputação de um país.

Tendo chegado apressadamente ao presente, gostaria de examinar o generalato, de agora em diante, em termos desse presente. Sei que as matérias militares são geralmente estudadas e ensinadas com exemplos do passado, e poderia continuar com uma palestra agradável sobre as qualidades dos grandes capitães com máximas adequadas de Napoleão, referências ao general Grant e anedotas sobre como o rei Jorge respondeu, ao lhe dizerem que o general Wolfe era louco: “Gostaria que ele mordesse alguns dos meus outros generais”, mas tudo isso os senhores já sabem. Além disso, poderia ser um exercício sobre o obsoleto, pois, com as modificações que ocorreram na guerra desde meados do século XX, deve seguir-se necessariamente uma mudança no generalato.

O conceito de guerra total do início do nosso século já teve sua época. Foi afastado do palco pelo aparecimento da arma total, a explosão nuclear, com sua capacidade de matar em massa, sem distinções. Como há poderio nuclear suficiente para destruir mutuamente os dois lados, independente de quem dispare primeiro, ela se transformou na arma que não pode ser usada, criando com isso uma nova situação. Se a guerra, como todos aprendemos, é a continuação da política por meio da força, estamos agora frente ao fato de que não há política, ou objetivo político que se possa obter com vantagem iniciando uma guerra nuclear que destrói todas as partes. Em consequência, as guerras limitadas, com objetivos limitados, são o único instrumento, quando a política exige o apoio pelos meios militares. Investigando, descobri que isso foi percebido por alguns espíritos alertas quase que imediatamente após ter acontecido; pelo embaixador George Kennan, por exemplo, que escreveu, em 1954, quando todos os outros estavam seduzidos pela bomba, que as armas nucleares não tinham ampliado o âmbito da guerra, mas exatamente o contrário, que

“o dia das guerras totais acabou, e que de agora em diante as operações militares limitadas são as únicas capazes, concebivelmente, de servir a qualquer finalidade coerente”.

A significação disso para o militar provavelmente será perturbadora, porque, como o general britânico *sir* John Winthrop Hackett disse recentemente numa palestra para a nossa *Air Force Academy*: “As

guerras limitadas com finalidades políticas têm muito mais probabilidade de serem causadoras de tensões morais [...] do que as grandes guerras do passado.”

Os Estados Unidos, não será necessário dizer, já estão sofrendo a verdade desse princípio.

A transformação vem ocorrendo nos últimos vinte anos, enquanto a vivíamos sem realmente perceber - eu, pelo menos, como civil, não percebi. É preciso distanciar-se de um fenômeno para ver a sua forma, e precisamos de perspectiva para olhar para trás e dizer: “*Ali* foi o ponto em que a modificação ocorreu.” Como podemos ver agora, a **Coréia foi a nossa primeira guerra política**. O curso dos acontecimentos, desde então, mostra que o papel dos militares - tal como se evidencia pelos russos no Egito e nós mesmos no sudeste da Ásia - tem sido o de **intervir em países subdesenvolvidos**, em nível chamado de “consultivo”, ou de “assistência”, com o objetivo de influir nos assuntos desse país, segundo os propósitos de quem presta a “assistência”. Esse papel já desenvolveu a sua força-tarefa e seu programa de treinamento no Programa de Oficiais de Assistência Militar em Fort Bragg. De acordo com sua formulação, a tarefa é “assistir países estrangeiros com problemas de segurança interna” - um belo eufemismo para contra-insurgência - “e desempenhar funções que tem impacto sócio-político sobre operações militares”.

Em suma, a missão dos militares nesta era sócio-política é a da contra-revolução ou, em outras palavras, sufocar o comunismo ou, se preferirem o eufemismo, criação de nacionalidade, vietnamização ou talvez paquistанизão ou africanização de algum cliente, desejoso disso ou não. É uma grande modificação, em relação à defesa dos Estados Unidos continentais, o que os fundadores do país pretendiam fosse a nossa função militar.

O que representa essa mudança para o generalato? “Terá o exército visto o fim de seus grandes líderes de combate de postos superiores?” Cito essa pergunta do recente livro *Military men* de Ward Just, correspondente do *Washington Post*. Haverá ainda âmbito para as qualidades de liderança pessoal que outrora representavam toda a diferença? No passado, era o homem que contava: Clive, que conquistou a Índia com 1.100 homens; Cortez, que tomou o México com menos; Chartes Martel, que fez recuar os muçulmanos em Tours; Nelson, que venceu Napoleão em Trafalgar, e incidentalmente revelou uma fonte de sua proeza ao dizer: “Se houvesse mais *ladies* Hamiltons haveria mais Nelsons”³. Embora se pudesse esperar que isso agradasse o pessoal do Women’s Lib, que já está em cima de mim, receio que não agrade, porque do ponto de vista delas é o tipo errado de influência. De qualquer modo, também esse fator pode desaparecer, pois duvido que o amor, ou o triunfo amoroso, tenha papel significativo na inspiração dos generais a grandes feitos, a nível consultivo, ou de vietnamização.

Acima de tudo, entre os homens de caráter que, como indivíduos, fizeram uma diferença histórica, houve Washington. Quando, montado em seu cavalo branco, ele mergulhou no meio de homens em pânico e com a “terrível eloquência do desprezo impossível de ser colocado em letra de forma”, susteve a retirada de Monmouth, provocou o seguinte elogio de Lafayette: “Nunca vi homem mais soberbo.”

Será ele necessário no novo exército de hoje, cujo curso de pós-graduação mais desejado, depois deste, é, segundo dizem, um período letivo na Harvard Business School? Para atender às necessidades de hoje, o general deve ser em parte diplomata, em parte gerente de pessoal, em parte analista de armas, em parte agente de compra e venda. O general Creighton Abrams já foi considerado por um repórter como *dois* generais: primeiro, “um comandante ousado e decidido no campo de batalha, depois, um diplomata sutil e infinitamente paciente”. Para os seus sucessores, o segundo papel provavelmente suplantará o primeiro, sem demora.

Daquela atividade humana total, física, intelectual e moral, o que restará para o general? Dados os detectores químicos, sensores, desfolhantes e armas biológicas, radar infravermelho e comunicação eletrônica por satélite, para não falarmos como foi certa vez concebida pelos nossos planejadores, uma cerca invisível para barrar o inimigo, o âmbito de decisão em ação deve inevitavelmente reduzir-se. A artilharia, e até mesmo o fogo da infantaria, será dirigida pelos computadores, que vão dos modelos de bolso na mochila do soldado até os modelos grandes nos quartéis. Isso deve criar a estonteante perspectiva da eliminação do erro humano, como a visão do professor Skinner de eliminar o mal humano pela máquina de ensinar. A realização de qualquer uma dessas perspectivas, posso garantir-lhes como historiadora, tem a mesma possibilidade do retorno do dinossauro.

A modificação mais importante seria a da relação dos militares com o Estado. É um território delicado, com um potencial de perturbação, e estou entrando aqui numa área de especulação que os senhores podem considerar refutável e, certamente, discutível.

³ Lady Hamilton (Emma) é conhecida por ser a amante de Lord Nelson.

Para que possa cumprir ordens do governo sem hesitação ou sem questionar, o quadro de oficiais manteve tradicionalmente, no conjunto, o hábito do não partidarismo, pelo menos superficial, quaisquer que fossem as paixões ideológicas que estivessem sob a superfície. Pode essa atitude durar quando os militares são mandados para lutar por finalidades tão especulativas ou tão imprecisas que não sustentam um estado de guerra legal? Os senhores poderão dizer que é uma questão de semântica, mas a semântica constitui uma boa prova. Como escritora, posso dizer-lhes que a dificuldade de escrever claro invariavelmente reflete um pensamento perturbado, em geral uma percepção incompleta dos fatos ou de seu significado.

Que proporção de oficiais no sudeste da Ásia cumprem seus deveres hoje sem se perguntarem “Por quê?” ou “Para quê?” Ao cumprirem seus deveres sócio-políticos no futuro, esse número crescerá ao ponto de tomar-se incômodo? É por isso que o princípio, hoje extinto, de que uma nação só deve ir à guerra para se defender, ou por um interesse nacional vital e imediato, era prudente. A nação que se orientar por ele terá mais argumentos para seus próprios cidadãos e certamente para a história. Ninguém pode interpretar Pearl Harbor erroneamente, nem ter dificuldades em explicar ou definir a necessidade de resposta. A guerra, que consome vidas, é uma coisa demasiado séria para não ter uma definição. Ela *exige* definição - e declaração. Nenhum cidadão, creio eu, quer militar ou civil, deve ser obrigado a arriscar sua vida porque os homens indefinidos em Washington acham que é uma boa ideia usar recursos dúbios, ou a dissuasão, ou a contenção, ou qualquer que seja a ideia predominante no momento.

Se o militar vai ser usado para fins políticos, poderá continuar sendo um autônomo inocente? Chegará o momento em que essa posição será abandonada, e o Exército, ou os membros do Exército, questionarão e julgarão o objeto daquilo a que são chamados a fazer? Não que, necessariamente, discordem da política adotada pelo governo. Geralmente, a política norte-americana desde o início da guerra fria tem sido a contenção do comunismo, com o que presumir que o Exército concorda. Mas as questões estão-se tornando complexas. O que pensar sobre a Rússia, em função da China? E da Índia, tendo em vista o Paquistão, onde recentemente evitamos as consequências de uma loucura por um triz? E o Oriente Médio? Suponhamos que decidamos que, se não salvarmos a Síria da influência russa, o Iraque cairá? Ou suponhamos que transpuséssemos esse princípio para a América do Sul? Podemos jogar dominó em qualquer continente. **O que acontecerá se cometermos de novo o erro de entrar numa guerra do lado errado da história?**

Isso não é culpa nossa, responderão os militares. É uma decisão civil. O braço militar permanece sob controle civil. Truman não despediu MacArthur?

É certo que nos Estados Unidos os militares nunca questionaram seriamente o governo civil, mas nos últimos anos não tiveram necessidade de fazê-lo. Com um terço do orçamento nacional absorvido pelos gastos militares, com o custo sem limites de produção das armas nucleares e de outras armas modernas, com 22 mil empresas contratadas para produzir para a defesa e 100 mil subcontratadas operando nos Estados Unidos, **a fusão dos interesses industriais-militares domina a economia e se infiltra por todos os setores do governo.**

O novo orçamento de 83,4 bilhões de dólares para a defesa representa cinco vezes o volume destinado à educação e quase quarenta vezes as verbas de controle da poluição (nosso governo ainda não compreendeu que a poluição é hoje uma ameaça mais grave do que os russos). Custa em média dez mil dólares por ano manter cada soldado, em comparação com um gasto nacional de 1.172,86 dólares para cada pessoa, nos Estados Unidos. Em outras palavras, o soldado absorve dez vezes mais. O Pentágono, que é o pulso de toda essa energia e atividade, gasta anualmente 140 milhões de dólares só em relações públicas, quase duas vezes mais do que todo o orçamento do Fundo Nacional para as Artes e Humanidades. Quando os interesses militares, e os relacionados com os militares, penetram a tal ponto no governo, este se torna mais ou menos prisioneiro do Pentágono.

Nessa situação, a responsabilidade final pela elaboração da política já não é claramente identificável. O que é claro é que o militar, exercendo tal influência sobre o governo, não pode ao mesmo tempo manter sua posição de inocência.

Antigamente, qualquer missão problemática podia ser resolvida pela invocação do lema abrangente: Dever, Honra, Pátria. Desde que tivesse um *casus belli* como o Maine, ou Álamo, o militar podia realizar qualquer expedição dúbia sem agonia. A fórmula de West Point talvez já não seja suficiente. A pátria é bastante clara, mas o que é o dever, numa guerra errada? **O que é a honra, quando a luta se reduz à destruição do espaço vital - para não falarmos das vidas - de um povo que nunca nos fez mal? A resposta simples de West Point é que dever e honra consistem em cumprir as ordens do governo. Foi o**

os nazistas disseram em sua defesa, e os julgamos por crimes de guerra, apesar disso. Destruímos a validade de nossas próprias alegações, em Nuremberg e Tóquio.

Quando a luta chega à fórmula clássica, recentemente expressa por um soldado ao incendiar uma aldeia no Vietnã [“Temos de destruí-la para salvá-la”(?)], devemos ir além do dever e da honra, e perguntar: “Onde está o bom senso?” Sei que o bom senso não figura no lema de West Point; não obstante, os soldados estão, como todos os outros mortais, sujeitos à lei de Descartes: “Penso, logo existo.” O pensamento continuará interferindo. É esse o preço de se abandonar a pureza da autodefesa como *casus belli*. Quando o soldado começa a pensar, segundo o bom soldado Schweik, “ele já não é um soldado, mas um desprezível civil”. Não sei se chegaremos a tal ponto, mas é útil apresentar o ponto de vista civil.

Desejará a sociedade civil, realmente, que o exército comece a pensar por si mesmo? Não cria isso toda a sorte de temidos potenciais de golpes de direita e motins de esquerda? Embora os militares normalmente tendam para a direita, tem havido outros casos: o Novo Exército Modelo de Cromwell derrubou o rei, o motim naval de Kronstadt e as deserções da frente provocaram a Revolução Russa. Já temos uma força recrutada perigosamente indisciplinada no Vietnã, o que reconhecidamente não resulta do pensamento, mas de uma aversão geral. Embora tal aspecto não seja político, pelo que se pode ver, certamente não é salutar.

Sei que me desviei muito de meu tema, mas levanto estas questões porque parece-me que o generalato terá de enfrentá-las, de agora em diante. O problema desta palestra, que creio já ser evidente, é que não tenho nenhuma das respostas. Isso exigirá outro tipo de pensador. Só posso dizer que tem sido um desafio ser general; esse papel, como o do cidadão, não se está tornando mais fácil.

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

III Ciclo de Palestras da AHIMTB/RS

Em 30 de março deste ano, a AHIMTB/RS fez realizar o III Ciclo de Palestras. Desta vez sobre a Guerra do Paraguai, no Auditório do Museu Militar do CMS. Os temas foram os seguintes:

- Uruguai 1864 - O início de tudo, com o Dr. Telmo Fortes;
- A Engenharia Militar Brasileira na GTA, com o Cel Eng Carlos José Sampaio Malan;
- Madame Elisa Alicia Lynch e sua influência sobre Francisco Solano López e sobre o desenvolvimento da guerra, com o Dr. Eduardo Cunha Müller; e
- Os números da GTA e os últimos momentos de vida do ditador Francisco Solano López, com o Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis.

Os trabalhos foram iniciados às 1330 h e concluídos às 1800 com o lançamento e distribuição gratuita do livro Cronologia da Guerra do Paraguai, de autoria do Cel Caminha que, por sua vez, se baseou em uma obra de “Efemérides” da guerra produzida pelo General Antônio da Rocha Almeida há muitos anos.

A obra atual foi totalmente financiada pela FHE-POUPEX, pelo que registramos, mais uma vez, os nossos agradecimentos.

E também, os nossos agradecimentos ao Museu do CMS, na pessoa do Cel Ílio, extensivos à toda a sua equipe. Sem esse apoio seria praticamente impossível o Ciclo.

Abaixo, imagens do evento.



(Fonte: Óleo sobre tela, Coronel Pedro Paulo Cantalice Estigarribia, Episódios Militares, 2ª ed., pág. 83)

CRONOLOGIA DA GUERRA DO PARAGUAI

Luz Ernani Caminha Giorgis
Academia de História Militar Terrestre do Brasil/RS

Porto Alegre
2020

Patrocínio



Abertura do evento.



Dr. Telmo Fortes



Cel Malan



Dr. Müller recebendo os cumprimentos.



Os palestrantes após o recebimentos dos seus certificados de participação. Da esquerda para a direita: Gen Santos, Cel Malan, Dr. Orci Bretanha, Dr. Müller, Dr. Telmo Fortes, Dr. Nylson Paim e Cel Caminha.



O Gen Santos e o Cel Malan, Vice-Presidente da AHIMTB/RS



Registramos os nossos preitos de agradecimentos e homenagens aos patronos e seguidores de Villagran Cabrita e do Marechal Bitencourt, respectivamente, da Engenharia e da Intendência. Parabéns aos integrantes desta nobre arma e deste importante Serviço do nosso EB.



PERSONAGENS DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE QUEM FOI SALOMÃO?

Do livro Personagens Bíblicos da Maçonaria Simbólica
Irm.º Almir Sant'Anna Cruz

Segundo o relato bíblico, Salomão foi o mais rico e poderoso dos reis judeus. Sob seu reinado, Israel atingiu o máximo esplendor.

Da linhagem de Judá, era o segundo filho de Davi e Batseba e foi ungido rei antes da morte de seu pai, por se temer que seu irmão Adonias, filho de Davi com Hagite, usurpasse o trono, prometido a Salomão.

Após a morte de Davi, para consolidar o seu reinado, Salomão mandou matar seu principal rival, seu meio-irmão Adonias, além de depor o general Joabe e o sacerdote Abiatar, por serem, ambos, aliados de Adonias. Joabe e Abiatar foram substituídos, respectivamente, por Benaia e Zadoque, leais a Salomão.

Em sonho, Deus concedeu-lhe a Sabedoria que pedira, a qual logo se revelou, no famoso caso, conhecido como o "Julgamento de Salomão", das duas mulheres que reclamavam a mesma criança como filho. A Rainha de Sabá, atraída por sua reputação, fez longa viagem para conhecer sua Sabedoria.

Em seus quarenta anos de reinado, Salomão demonstrou ser um excelente político e administrador.

Como político, fez alianças com o Egito, casando-se com a filha do Faraó; com Hiram, rei da cidade-estado fenícia de Tiro; com Balkis, a Rainha de Sabá; com os moabitas, amonitas, iduméios, sidônios e heteus, casando-se com mulheres dessas nações.

Como administrador, fortificou Jerusalém e embelezou-a com edifícios reais; reconstruiu as cidades de Gezer, Betorom, Baalate e Tadmor; para suprir a corte com alimentos, dividiu o reino em 12 distritos, cada um com a responsabilidade de fornecer provisões por um mês; promoveu um próspero comércio marítimo; e manteve um poderoso exército que submeteu os heteus, amorreus, fereseus, heveus e jebuseus, tornando-os tributários de Israel.

Tal como sua Sabedoria, seu harém era proverbial: segundo a Bíblia, tinha 700 esposas e 300 concubinas! (Pena que não haja registros de como Salomão dava conta dessas 1000 mulheres).

Atribui-se a Salomão a autoria de três livros bíblicos: Provérbios, Cântico dos Cânticos (Cantares de Salomão) e Eclesiastes, além dos Salmos 72 e 127.

Ainda sob o ponto de vista religioso, quiçá por respeitar as crenças de seus vizinhos e das várias tribos que governava, não se mostrou um monoteísta ortodoxo, pois a despeito de ter construído o afamado Templo de Salomão para cultuar o Deus dos judeus, edificou também templos a Astarte ou Astarote, deusa dos sidônios; a Milcom, deus dos amonitas; a Camós, deusa dos moabitas; e a Moloc, deus dos amonitas.

Para sustentar a luxuosa corte de Salomão, o povo vivia oprimido e descontente com os pesados tributos que eram devidos e recolhidos aos cofres governamentais.

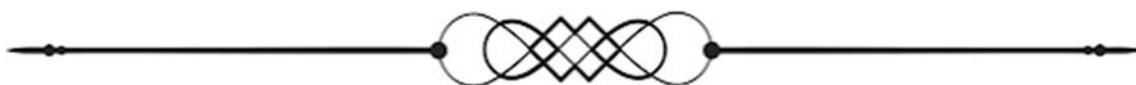
Essa política econômica, mantida por seu filho e sucessor Roboão, foi a causa da separação das tribos que constituíam o Estado judeu. Somente as tribos de Judá e Benjamim permaneceram fiéis a Roboão, constituindo, ao sul, o reino de Judá, com Jerusalém como capital. As outras tribos, sob a liderança de Jeroboão, formaram ao norte o reino de Israel, com capital em Siquém, posteriormente transferida para Samaria.

O reino de Israel sobreviveu 208 anos (930 a 722 a.C.). Com a queda de Samaria, a maioria de seus habitantes foi levada cativa para a Assíria.

Já o reino de Judá durou 343 anos (929 a 586 a.C.). Com a destruição de Jerusalém pelo rei caldeu Nabucodonosor, a maioria de seus habitantes foi levada prisioneira para a Babilônia.

Segundo a tradição judaica e cristã, Salomão é, ao mesmo tempo, adorado e censurado. Adorado por sua sabedoria, pelos escritos que produziu e pelo templo que construiu. Censurado por se unir a mulheres que, ao invés de se converterem ao Deus dos judeus, fizeram-no afastar-se dele, cultuando outros deuses.

Para a Maçonaria, Salomão é mais importante pelo que simboliza – a Sabedoria – do que propriamente pelo que foi ou fez. Salomão é personificado, nas Lojas maçônicas, pelo Venerável Mestre e pela deusa Minerva, deusa e símbolo da Sabedoria.



Editor:

Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS
lecaminha@gmail.com

Sites:

www.ahimtb.org.br e
www.acadhistoria.com.br

Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br

Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nucleo.com

Blog da Delegacia da AHIMTB/RS em Cruz Alta:

<http://acadhistoriacruzalta.blogspot.com.br/>